

**ENTRE A DOGMÁTICA E A JURISPRUDÊNCIA:  
um estudo de casos sobre a Teoria da Imputação Objetiva no TJMG**

Maria Clara Fontes Bessa<sup>1</sup>

Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Corrêa Camargo<sup>2</sup>

**RESUMO**

O estudo analisou a aplicação da Teoria da Imputação Objetiva como complemento ao artigo 13 do Código Penal na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, examinando casos de trânsito, fraude eletrônica e sonegação fiscal. Deste modo, a pesquisa traz como problema a aplicabilidade da Teoria da Imputação Objetiva neste Tribunal. Verificou-se que a responsabilização penal passou a considerar a criação de riscos juridicamente relevantes, distinguindo riscos permitidos e proibidos, a criação destes riscos, sua incidência no resultado lesivo, e, por fim, o alcance no tipo. Cada caso analisado, por apresentar distinto conteúdo, fundamentou a decisão, utilizando-se de elementos cabíveis, dentro desta teoria. O estudo evidenciou que a teoria permite superar limitações da causalidade, oferecendo critérios mais precisos para a imputação penal.

**Palavras-chave:** Imputação objetiva, responsabilidade, risco, decisão.

**ABSTRACT**

The study analyzed the application of the Theory of Objective Imputation as a complement to Article 13 of the Brazilian Penal Code in the case law of the Court of Justice of Minas Gerais, examining cases involving traffic offenses, electronic fraud, and tax evasion. Thus, the research addresses the issue of the applicability of the Theory of Objective Imputation in this Court. It was found that criminal liability has come to consider the creation of legally relevant risks, distinguishing between permitted and prohibited risks, the creation of such risks, their incidence in the harmful result, and, finally, their reach within the offense. Each analyzed case, due to its distinct content, grounded the decision by employing appropriate elements

---

<sup>1</sup> Discente do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

<sup>2</sup> Doutora em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora pela Fundação Alexander-von-Humboldt, na Universidade de Halle-Wittenberg. Professora de Direito Penal da Faculdade de Direito “Professor Jacy de Assis”, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

within this theory. The study demonstrated that the theory allows for overcoming the limitations of causality, offering more precise criteria for criminal imputation.

**Keywords:** Objective imputation, responsibility, risk, decision.

## INTRODUÇÃO

Com o avanço das estruturas sociais e a consequente evolução do pensamento jurídico, distintas teorias foram elaboradas com o propósito de fundamentar a atribuição de responsabilidade penal a determinados indivíduos, a partir da análise de condutas subsumidas a tipos penais específicos.

Inicialmente, o modelo jurídico-penal clássico alemão, desenvolvido no final do século XIX por autores como Franz von Liszt e Beling, assentava-se na concepção causal do tipo penal. De acordo com essa perspectiva, considerava-se típica toda conduta que funcionasse como condição para a ocorrência do resultado previsto na norma incriminadora, conforme a teoria da equivalência dos antecedentes.

Essa abordagem, contudo, implicava uma excessiva ampliação do tipo, na medida em que incluía como autores do delito não apenas o agente que diretamente produziu o resultado, mas todos que tiveram alguma relação.

Nesse sentido, Richard Honig e, posteriormente, Claus Roxin, desenvolveram a Teoria da Imputação Objetiva, como forma de suprir os excessos, então, ocasionados pelos estudos mencionados, de modo a avaliar a complexidade de cada caso, a partir da criação e realização de um risco não permitido, e consequente alcance do tipo penal.

Enfatiza-se que a Teoria da Imputação Objetiva não visa a substituição da Teoria da Causalidade, mas busca complementá-la, a partir de estudos que destrincham a criação do risco proibido e sua relação com o evento danoso.

Apesar dos avanços teóricos no Direito Penal e das críticas consolidadas à teoria da causalidade — especialmente quanto à sua insuficiência para explicar adequadamente a imputação penal e ao tratamento excessivamente centrado no dolo —, o Código Penal Brasileiro ainda a adota como base da teoria do delito. Isso se evidencia na definição dos conceitos fundamentais que orientam a identificação da conduta criminosa e a aplicação da sanção penal correspondente.

No entanto, o parágrafo primeiro, do artigo 13, do Código Penal suscita interpretações doutrinárias de possível tangenciamento à Teoria da Imputação Objetiva, mesmo que não seja exposto na norma.

Ao analisar o conjunto sem essa ponderação, o ordenamento parte da ideia de que causa é toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, conforme a teoria da equivalência dos antecedentes. Todavia, a responsabilização penal não se esgota na constatação do nexa causal naturalístico, exigindo-se também um vínculo jurídico entre a conduta e o resultado.

Apesar dessa consideração legislativa, a jurisprudência atual tende a julgar determinados casos a partir da Teoria da Imputação Objetiva, com o objetivo de abordar a complexidade do direito penal e do caso singular.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo principal analisar de que forma a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais tem aplicado a Teoria da Imputação Objetiva na prática judicial.

Para tanto, serão analisados três casos, sendo o primeiro referente a um suposto crime de trânsito em que, embora o réu estivesse inabilitado e conduzisse o veículo em velocidade acima da permitida, o Tribunal entendeu que tais circunstâncias não foram determinantes para o resultado lesivo. A justificativa na utilização deste caso, dá-se pela aplicação concreta do Princípio da Confiança como elemento delimitador da imputação objetiva.

Já no segundo caso, o réu participou de fraude eletrônica para aquisição de celulares por meio do Mercado Livre, utilizando *e-mails* falsos para enganar as vítimas. A relevância deste caso no presente artigo está no estudo da criação de um risco juridicamente desaprovado, que comprometeu a segurança do comércio eletrônico e fundamentou a condenação pela imputação objetiva.

Por fim, estuda-se um processo de crimes de sonegação fiscal e apropriação indébita tributária, consistentes na omissão de informações. A justificativa da escolha deste caso é apresentada pelo reconhecimento, pelo TJMG, de que a ré atuou nos limites do risco permitido ao confiar na contabilidade contratada e transferir a gestão da empresa, resultando em sua absolvição por ausência de dolo.

Diante disso, a problemática da pesquisa consiste em verificar em que medida o Tribunal de Justiça de Minas Gerais reconhece e incorpora, de forma sistemática e

fundamentada, os elementos centrais da Teoria da Imputação Objetiva, a partir de casos paradigmáticos, que expõem distintas posições doutrinárias acerca da temática.

Busca-se, assim, compreender se a aplicação dessa teoria tem contribuído para uma delimitação mais rigorosa da responsabilidade penal, em consonância com os princípios da legalidade, da culpabilidade e da intervenção mínima que regem o sistema penal contemporâneo.

Para isso, metodologia desta pesquisa se guiará pela indução empírica para analisar o caso concreto e concluir a aplicabilidade da Teoria da Imputação Objetiva nos julgamentos brasileiros.

## **1. TEORIA DA CAUSALIDADE E SUA RELEVÂNCIA PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

### **1.1. A Teoria Causal da Ação e a *Conditio Sine Qua Non*: fundamentos e críticas**

Com o advento do positivismo-naturalista, no final do século XIX, as teorias sobre causalidade tiveram destaque no Direito Penal. Isso porque, os estudos empíricos ganharam relevância nas ciências, por explicar os fenômenos causais, a partir do método indutivo-experimental (Jakobs, 1997, apud Machado; Moura; Caetano, 2010).

Advindo de conceitos filosóficos, após a transição do pensamento moderno, o empirismo revelava-se como explicação de diversos fenômenos sociais. Diante disso, para o filósofo John Stuart Mill, a causa pode ser compreendida como o conjunto completo de fatores — tanto os que contribuem positivamente quanto os que atuam pela ausência — que, reunidos em determinadas circunstâncias, levam invariavelmente à ocorrência de um determinado resultado (Mill, 2011).

Nesse contexto, os teóricos Franz von Liszt e Ernst von Beling elaboraram o sistema clássico do delito, de modo a estruturar a avaliação delitiva, pela parte objetiva e subjetiva. A primeira referia-se à ação, que, voluntariamente, modifica o exterior, acarretando, desta forma, um elo de causalidade. Já a avaliação da etapa subjetiva, apresentava-se com a finalidade de determinar a culpabilidade, de modo a avaliar a presença de dolo ou culpa do sujeito que efetivou o evento voluntário (Bitencourt, 2021).

Todavia, ao tratar de crimes omissivos, por essa teoria, estes não poderiam ser avaliados, uma vez que, para acarretar um resultado, na lógica da causalidade, era necessário um acontecimento (Machado; Moura; Caetano, 2010).

Nesse contexto, formulou-se a teoria dos equivalentes causais — também conhecida como teoria da condição *sine qua non*, em tradução, condição sem a qual o resultado não teria ocorrido —, a qual se baseia no critério hipotético da eliminação. De acordo com esse critério, considera-se causa toda condição que, se mentalmente suprimida, impediria a ocorrência do resultado nas mesmas circunstâncias de tempo e modo.

Apesar da concepção de dolo e culpa ser considerada no sistema do delito clássico, diversos autores fundamentam que o escopo da teoria causal centraliza a manifestação da vontade do agente, o resultado e o elo causal como os elementos do conceito de ação. Com essa estrutura, os elementos volitivos, são avaliados na culpabilidade (Bitencourt, 2021).

Diante disso, tinha-se que a mera existência de nexos causal entre a conduta e o resultado já era suficiente para acarretar imputação a alguém, diante do comportamento adotado.

No entanto, apesar da importância desse desenvolvimento teórico, sua abrangência excessiva a torna insatisfatória para delimitar a responsabilidade penal, uma vez que qualquer elemento antecedente ao resultado pode ser considerado causa, conduzindo ao problema do *regressus ad infinitum*, explicado por Claus Roxin:

Considerava-se realizado o tipo toda vez que alguém constituía uma condição para o resultado nele previsto, ou seja, toda a vez em que alguém causava este resultado, no sentido da teoria da equivalência dos antecedentes. Acabava o tipo, assim, com uma grande extensão, pois, nesta perspectiva, praticou uma ação de matar não só aquele que disparou o tiro mortífero, mas todos os que contribuíram para o resultado com uma *condictio sine qua non*: o fabricante e o vendedor do revólver e da munição, aqueles que ocasionaram a desavença da qual resultou o tiro, até mesmo os pais e outros ascendentes do criminoso. As necessárias restrições à responsabilização jurídico-penal daí resultantes teriam de ser realizadas em outros níveis do sistema: na antijuricidade ou, principalmente, na esfera da culpabilidade, onde se localizavam todos os elementos subjetivos do delito. (Roxin, 2008, p. 101)

Nesse sentido, a identificação da causa efetiva do resultado naturalístico insere-se em uma cadeia de eventos potencialmente infinita, cuja delimitação, em grande parte das situações, revela-se impraticável ou até mesmo epistemologicamente inviável. Isso porque, as conclusões presumidas por essa linha de raciocínio, em diversas situações concretas, resultam em injustas responsabilizações.

Por isso, na sistematização clássica do delito, transfigurava-se essencial a limitação da cadeia causal pela avaliação da culpabilidade. Todavia, há sucessivas críticas no que tange a resolução de um caso objetivo, a partir de restrições subjetivas, que centralizavam o dolo ou a culpa na responsabilização, ante aos inúmeros potenciais causais (Wezel, 1976, *apud* Machado; Moura; Caetano, 2010).

A fim de ilustrar a complexidade da problemática tratada, pode-se recorrer ao seguinte exemplo: o agente A, agindo com dolo de matar, efetua disparo de arma de fogo contra a vítima B, atingindo-a em região não letal, de modo que o resultado morte não se concretiza de forma imediata. Durante o deslocamento da vítima para o hospital, a ambulância sofre falha mecânica nos freios e se envolveu em grave acidente, ocasionando o óbito de B.

Sob a ótica da teoria subjetiva da imputação, poder-se-ia concluir pela tipificação do delito como homicídio doloso, em razão da intenção inicial do agente. No entanto, do ponto de vista da análise fática e objetiva, a conduta de A resultou, de forma direta e imediata, apenas em lesão corporal. A morte, nesse caso, decorreu de um evento superveniente, autônomo e imprevisível.

Assim, ao se privilegiar desproporcionalmente os elementos volitivos do agente, corre-se o risco de se imputar injustamente um resultado cuja ocorrência extrapola os limites do risco criado pela conduta originária (Roxin, 2008).

Diante do exposto, observa-se que a teoria da causalidade, embora tenha representado importante avanço metodológico na sistematização do Direito Penal, mostra-se insuficiente para lidar com as complexidades do nexo entre conduta e resultado em contextos multifatoriais.

Seu foco exclusivo na relação empírico-natural entre eventos ignora a necessidade de filtros normativos que delimitem, com maior precisão, as situações em que a imputação penal se justifica. A adoção irrestrita da teoria da equivalência dos antecedentes, com base no critério da condição *sine qua non*, conduz ao risco de responsabilizações arbitrárias, comprometendo os princípios da legalidade e da culpabilidade.

Por isso, a superação dessa perspectiva exclusivamente causal restou-se fundamental para a construção de um juízo de tipicidade mais criterioso, que leve em conta, além do nexo fático, os elementos normativos e valorativos indispensáveis à justa imputação penal.

## 1.2 Teoria Finalista

Inicialmente, revela-se imprescindível a apreciação do crime enquanto figura típica delineada a partir de elementos estruturais previstos no modelo normativo de incriminação. Nessa perspectiva, a compreensão do injusto penal exige a conjugação dos aspectos objetivos e subjetivos da conduta humana, concebida como núcleo essencial do tipo penal.

É nesse contexto que, na Alemanha da década de 1930, Hans Welzel, por meio de uma análise acurada dos fatores valorativos e teleológicos que permeiam a ação humana, desenvolve uma das teorias normativas de maior relevância dogmática do século XX. O autor reformula a compreensão causal da ação, introduzindo uma visão centrada na finalidade como elemento estruturante da conduta. Segundo Welzel:

Finalidade é a mentalização de fins, direção da atividade para alcançar o fim e realização conforme o plano de fins, e vontade é o fator dirigente que governa o acontecimento externo e o converte em uma ação dirigida a um fim. (...) Atividade final é um operar consciente orientado ao fim. (WELZEL, 1969, p. 33).

Dessa forma, em contraposição à Teoria Causal da Ação, que se circunscrevia ao nexos objetivo entre conduta e resultado, a Teoria Finalista desloca o eixo interpretativo para os elementos subjetivos do comportamento humano, reconhecendo neles a dimensão volitiva e consciente da conduta. O agir humano, portanto, deixa de ser um mero processo causal naturalístico para constituir-se como processo finalisticamente dirigido, impregnado de sentido e finalidade.

Nesse sentido, a concepção welzeliana confere primazia à vontade do agente, entendida como elemento teleológico determinante da ação típica. A partir dessa vontade consciente, o sujeito avalia os meios idôneos e necessários à consecução de seus fins, projetando causalmente os efeitos de sua conduta no mundo exterior. Assim, a eficácia causal passa a ser compreendida como manifestação concreta da finalidade internalizada pelo agente.

Entre as consequências dogmáticas mais relevantes da Teoria Finalista, destaca-se a reformulação dos conceitos de dolo e culpa. Para Welzel, o dolo constitui um fator volitivo específico e determinado, traduzindo a direção consciente da vontade ao resultado pretendido; já a culpa, ao contrário, revela-se como ausência dessa voluntariedade dirigida, correspondendo a uma execução concreta da conduta sem a devida previsão ou aceitação do

resultado lesivo, embora este decorra de um agir descuidado ou imprudente. Nas palavras do autor:

Na culpa, não há a voluntariedade determinada do ato, ligada à consequência da conduta, mas sim a execução concreta, capaz de produzir resultado tido como típico. (WELZEL, 1969, p. 130).

Assim, a teoria finalista não apenas redefine a natureza da ação penalmente relevante, mas também inaugura um novo paradigma de imputação subjetiva, em que a compreensão do dolo e da culpa passa a depender da estrutura final da conduta humana, concebida como expressão da liberdade e da racionalidade do agir.

### **1.3 A posição do Código Penal Brasileiro e as possibilidades interpretativas**

A legislação penal brasileira adota com centralidade os estudos da causalidade para identificar as possíveis imputações delitivas (Bitencourt, 2021). Isso porque o artigo 13 do Código Penal de 1940, vigente atualmente, estabelece que o resultado, condição para a existência do crime, só pode ser imputado a quem lhe deu causa, sendo a relação de causalidade requisito essencial à imputação penal.

Conforme dispõe o dispositivo legal: “O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido” (Brasil, Código Penal, art. 13).

Nesse sentido, nota-se que a legislação que não hierarquiza os antecedentes causais, considerando causa todo fator que, isolada ou conjuntamente, contribua para o resultado. Para essa concepção, a causa é a soma de todas as condições que, reunidas, produzem o evento, fato que ocasiona na necessidade de delimitação.

Este mesmo artigo, em seu parágrafo primeiro, limita o plano de ação da Teoria dos Antecedentes Causais, ao formular a exclusão da imputação, ante as causas relativamente independentes. Com efeito, dispõe expressamente o Código Penal que: “A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou” (Brasil, Código Penal, art. 13, § 1º).



Trata-se de importante delimitação normativa, que afasta a responsabilização penal nos casos em que o nexo causal é rompido por uma causa superveniente suficiente por si só para a produção do resultado.

Essa consideração permite a resolução do problema anteriormente apresentado, ao dispor que a superveniência de causa relativamente independente, quando por si só suficiente para produzir o resultado, exclui o nexo de imputação penal em relação à conduta antecedente.

No exemplo proposto, a morte da vítima decorreu de um acidente provocado por falha mecânica na ambulância — evento superveniente, autônomo e suficiente para gerar o resultado letal. Assim, com fundamento nesse dispositivo legal, a morte não pode ser imputada ao agente, uma vez que a sua conduta inicial (o disparo não letal) não foi a causa direta e adequada do resultado final.

O § 1º, portanto, funciona como um filtro normativo do nexo causal, afastando hipóteses de responsabilização penal desproporcional ou fundada apenas em vínculos causais remotos.

Para Chaves Camargo (2001), utiliza-se a lógica deste parágrafo como base do ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque a análise parte da existência do fato e, com isso, identifica-se o tipo penal, devido a relevância do resultado dentro dos moldes típicos e trazendo a avaliação da antijuridicidade para o estudo.

Apesar de ser considerado uma evolução, a manutenção da causalidade acarreta na ponderação formal de estudo do delito. Justifica-se essa afirmativa pela excessiva consideração da lei em comparação com a premissa do fato concreto, gerando na necessidade de uma pena retributiva pela conduta efetivada (Camargo, 2021).

Todavia, essa simplicidade metodológica própria do modelo causalista pode conduzir a equívocos na apreciação de determinados casos concretos submetidos à jurisdição penal. Diante disso, surgem teorias que buscam suprir as lacunas deixadas pela ausência de critérios normativos precisos, propondo formas mais adequadas de delimitação das condutas penalmente imputáveis, à luz de elementos materiais e normativos que ultrapassam a mera previsão legal.

## 2. ESTUDO DE CASOS

### 2.1. Caso 01 - Crime de Trânsito<sup>3</sup>

Marcos L. A. foi denunciado pela prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, previsto no art. 302, §1º, I, do Código de Trânsito Brasileiro, em razão de acidente ocorrido em 09 de maio de 2012, na Rodovia MG 231, em Cordisburgo/MG (Brasil, 2019).

Consta na denúncia que o réu, ao conduzir seu veículo em velocidade superior à permitida, abalroou a vítima, R.N.M., que trafegava de bicicleta, provocando-lhe ferimentos que a levaram a óbito.

Após instrução, o Juízo de primeiro grau condenou o acusado à pena de 2 anos e 8 meses de detenção, em regime aberto, além da proibição de obter habilitação por 2 meses e 20 dias. Inconformado, o réu interpôs apelação criminal, pleiteando a absolvição, sob o argumento de ausência de responsabilidade penal.

Ao analisar o recurso, a 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por unanimidade, deu provimento à apelação para absolver o réu, com fundamento no art. 386, VII, do CPP. O relator, Desembargador Marcílio Eustáquio Santos, reconheceu a inexistência de tipicidade objetiva da conduta, com base na teoria da imputação objetiva.

O Tribunal destacou que a vítima subitamente adentrou a pista de rolamento, surpreendendo o condutor do veículo, que não teve tempo hábil para evitar o acidente, conforme depoimentos e elementos probatórios constantes dos autos. Uma das testemunhas, tio da vítima, relatou:

(...) nesta manhã estava na entrada de Cordisburgo quando presenciou o atropelamento de seu primo R.N. por um veículo conduzido por Marcos; que pôde notar que R.N., na condução de sua bicicleta, repentinamente, entrou na via e foi atropelado; que não atribui o incidente ao motorista do veículo automotor e sim a R.; que o veículo estava em baixa velocidade; que o motorista ainda frenou, contudo, a manobra do ciclista foi muito rápida e não permitiu evitar a colisão; que o motorista

---

<sup>3</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Apelação Criminal n. 1.0474.12.002076-0/001. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0474.12.002076-0%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acesso em: 03 out. 2025.

parou e, com a ajuda do depoente, socorreu R. ao hospital municipal de Cordisburgo; (...) (fls. 16/17 - grifei)

Ainda assim, de acordo com a perícia, o réu encontrava-se em alta velocidade e sem habilitação. Apesar disso, não restou demonstrado que essas condutas tenham sido determinantes para o resultado danoso.

De modo complementar, explicou-se, portanto, o princípio da confiança, de forma a argumentar que quem age corretamente pode presumir que os demais também o farão, salvo indícios em sentido contrário. Portanto, no caso concreto, como ambos agiram de forma errônea, o relator fundamenta que deve-se partir para a análise de quem realmente efetivou o resultado lesivo. Deste modo, concluiu-se que o risco não permitido criado pelo agente não se concretizou no resultado, afastando-se o nexó causal penalmente relevante, atribuindo o resultado à vítima.

Dessa forma, o Tribunal entendeu que a autocolocação em risco da vítima foi fator decisivo para o evento, excluindo-se a responsabilidade penal do réu.

## **2.2. Caso 02- Estelionato em plataforma virtual<sup>4</sup>**

Altair D. M. foi denunciado pela prática de três crimes de estelionato, na forma continuada (art. 171, caput, c/c arts. 29 e 71 do CP), em razão da participação em esquema fraudulento de aquisição de mercadorias por meio do site Mercado Livre, em março de 2006 (Brasil, 2011).

De acordo com a denúncia, o réu, em conluio com um adolescente e outro coautor, utilizou *e-mails* falsificados para induzir vítimas a erro e obter vantagem ilícita com a entrega de celulares via correios, sem efetuar qualquer pagamento.

O Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba condenou o réu à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto, com substituição por prestação de serviços à comunidade.

---

<sup>4</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Apelação Criminal n. 1.0701.06.148666-1/001. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0701.06.148666-1%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acesso em: 03 out. 2025.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, sustentando a atipicidade da conduta à luz da teoria da imputação objetiva, além da tese subsidiária de absolvição por insuficiência de provas.

O Tribunal afastou a aplicação da teoria da imputação objetiva, suscitando, nesse sentido, que a conduta do réu criou risco juridicamente desaprovado, com fraude altamente sofisticada e ofensiva à segurança do comércio eletrônico, lesando não só o patrimônio das vítimas, mas também a credibilidade da plataforma utilizada.

Rejeitou-se também a aplicação do princípio da insignificância, dado o valor dos bens e a complexidade da fraude, bem como a tese de que se trataria de mero inadimplemento contratual ou fraude civil, reconhecendo-se o dolo de obtenção de vantagem ilícita desde o início da negociação.

Por fim, o Tribunal afirmou que as provas produzidas no inquérito foram ratificadas em juízo, com respeito ao contraditório, não havendo nulidade na sentença condenatória.

### **2.3. Caso 03 - Crimes fiscais<sup>5</sup>**

Vitória B. R. F. foi denunciada pela suposta prática dos crimes de sonegação fiscal (art. 1º, II, V e §1º, c/c V, da Lei nº 8.137/90) e apropriação indébita tributária (art. 2º, II, da mesma Lei), relacionados à supressão do recolhimento do ISSQN entre os anos de 2012 e 2017, quando exercia a função de sócia-administradora da empresa Desafio Vestibulares e Cursos Barbacena Ltda (Brasil, 2023).

Segundo a denúncia, ela teria inserido dados inexatos e deixado de fornecer documentos fiscais, o que ocasionou prejuízo superior a R\$500.000, 00 (quinhentos mil reais) ao fisco municipal.

O juízo de primeiro grau condenou a ré pelos dois delitos, aplicando pena total de 4 anos e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, além de 36 dias-multa.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Apelação Criminal n. 1.0056.21.000182-4/001. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0056.21.000182-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acesso em: 03 out. 2025.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, sustentando, inicialmente, ilegitimidade passiva e ausência de justa causa, além de pleitear, no mérito, a absolvição por ausência de dolo ou por inexigibilidade de conduta diversa.

A 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais rejeitou as preliminares, mas, no mérito, deu provimento ao recurso para absolver a apelante, com base no art. 386, VII, do CPP. O relator, Des. Henrique Abi-Ackel Torres, entendeu que, embora a materialidade estivesse comprovada, não havia prova suficiente do dolo da agente quanto à prática dos crimes imputados.

A Corte reconheceu que a atuação da ré se deu, em parte, nos limites do risco permitido, considerando que ela confiava nos serviços de contabilidade contratada, além de ter transferido a gestão administrativa da empresa a terceiros (Curso Apogeu de Juiz de Fora Ltda.) a partir de 2017.

A decisão destacou que não houve demonstração concreta de intenção fraudulenta ou de enriquecimento ilícito, a partir da Teoria da Imputação Objetiva, demonstrando que houve um equívoco ao não ouvir os contadores responsáveis ou representantes da empresa sucessora. Assim, conforme a decisão, imputar a alguém o resultado, apenas para aplicar a função do Direito Penal, estaria em desconformidade com o risco criado pela administradora, ora ré.

Em reforço, aplicou-se o princípio do *in dubio pro reo*, ressaltando que a responsabilidade penal não pode se basear em meras presunções ou suposições, sendo vedada a responsabilização penal objetiva. Assim, por ausência de comprovação do elemento subjetivo exigido pelos tipos penais em questão, foi reconhecida a absolvição da ré.

### **3. A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA**

#### **3.1. A Teoria da Imputação Objetiva no ordenamento jurídico brasileiro**

No contexto do Direito Penal brasileiro, a teoria da imputação objetiva tem sido progressivamente incorporada pela doutrina e pela jurisprudência como instrumento de racionalização da imputação penal, sobretudo em delitos culposos e nos crimes omissivos impróprios.

Ainda que envolva em críticas quanto à imprecisão conceitual e à multiplicidade de suas formulações, sua aplicação no Brasil reflete uma tentativa de limitar o alcance da responsabilidade penal, por meio da introdução de critérios normativos de imputação já na análise da tipicidade (Bitencourt, 2021).

Assim, mesmo reconhecendo seu caráter complementar à teoria da *conditio sine qua non*, o Direito Penal brasileiro tem utilizado a imputação objetiva para reforçar a exigência de um risco juridicamente desaprovado e de sua realização no resultado, como requisitos para a atribuição do ilícito penal, especialmente nos casos em que o nexo causal, isoladamente, mostraria-se excessivamente abrangente ou injusto.

### **3.2 Pressupostos e fundamentos**

Conforme defendido por Bitencourt (2021), a relação de causalidade não é suficiente, por si só, para justificar a imputação do resultado à conduta antecedente. Nesse cenário, a Teoria da Imputação Objetiva não busca substituir a teoria da *conditio sine qua non*, mas complementá-la por meio de critérios normativos que limitem a extensão do nexo causal.

Nesse sentido, confere-se à esta teoria a centralização na parte objetiva da conduta, uma vez que relega o tipo subjetivo, de forma a situar a discussão de dolo e culpa para uma posição secundária (Greco, p. 25, 2014).

Em essência, seu propósito é conferir racionalidade jurídica à atribuição do resultado, incorporando filtros valorativos à análise causal meramente naturalística. Todavia, para cumprir tal finalidade, identifica-se a complexidade e a extensão de suas ramificações. A profundidade conceitual demanda estudo específico de cada elemento que a compõe. Conceitos como o princípio da confiança, o nexo de violação do dever e o fim de proteção da norma constituem estruturas autônomas dentro da teoria.

Assim, a imputação objetiva não é um bloco uniforme, mas um sistema sofisticado e segmentado que exige análise pormenorizada de suas múltiplas camadas (Greco, 2014).

Nesse sentido, para cumprir o objetivo proposto, proceder-se-á à análise dos componentes essenciais da estrutura da imputação objetiva, examinando-se, nos casos selecionados, os elementos particulares aplicáveis a cada situação.

Parte-se, assim, do entendimento de que a Teoria da Imputação Objetiva estabelece que um resultado somente pode ser imputado ao agente — preenchendo-se, portanto, o tipo

objetivo — quando sua conduta, comissiva ou omissiva, gerar um risco não permitido e esse risco, concretamente, se verificar no resultado, alcançando o tipo penal (Roxin, 2008).

### **3.2. A Criação ou o Incremento de um Risco Juridicamente Desaprovado**

Esse requisito exige que a conduta, além de ser condição causal do resultado, traduz-se na criação de um risco juridicamente proibido. Em termos dogmáticos, não basta que a ação tenha contribuído causalmente para o resultado; é imprescindível que ela represente a violação de um tipo penal, ultrapassando os limites do risco permitido.

Ao aprofundar na ideia de risco proibido tem-se a necessidade de delimitação e determinação de quais ações ou omissões devem ser postas como não permitidas. Isso porque, a finalidade desta Teoria, perpassa pelo próprio objetivo do Direito Penal: a proteção dos bens jurídicos (Greco, 2014).

Com essa consideração, o elo entre a teoria da imputação objetiva e o princípio da proporcionalidade, faz-se essencial, vez que toda limitação de liberdade deve ser apta a alcançar uma finalidade legítima. Além disso, esse raciocínio se alinha à teoria da prevenção geral negativa, que atribui à norma penal a função de dissuadir a prática de condutas lesivas. Assim, apenas ações que efetivamente criam riscos proibidos e concretos a bens jurídicos podem justificar a intervenção penal (Greco, 2014).

Roxin, para ilustrar, desenvolveu um exemplo que torna nítido a distinção entre a criação de risco permitido, ou proibido:

Consideramos, agora, que A deseje provocar a morte de B! A o aconselha a fazer uma viagem à Flórida, pois leu que lá, ultimamente, vários turistas têm sido assassinados; A planeja que também B tenha esse destino. B, que nada ouviu dos casos de assassinato na Flórida, faz a viagem de férias, e de fato é vítima de um delito de homicídio. Deve A ser punido por homicídio doloso? Se reduzirmos o tipo objetivo ao nexo de causalidade, esta seria a conclusão. Afinal, A causou, através de seu conselho, a morte de B, e almejava esse resultado (Roxin, 2008, p.102).

Para a resolução do caso, sendo necessário a criação do risco proibido, expõe:

Instigar alguém a uma viagem à Flórida, ainda que, em seu aspecto objetivo, constitua a causa de uma morte, e, subjetivamente, tenha por finalidade a morte da vítima, não pode sequer objetivamente constituir uma ação de homicídio, porque tal conduta não criou um perigo de morte juridicamente relevante, e não elevou de modo mensurável o risco geral de vida. É duvidoso que uma viagem à Flórida tenha aumentado o pequeno risco de ser vítima de um delito de homicídio existente em qualquer país. (Roxin, 2008, p. 104).

Diante do exposto, conclui-se que a imputação penal não pode se fundar unicamente na existência de um nexo causal, mas exige, imprescindivelmente, a criação de um risco juridicamente relevante e desaprovado legalmente.

Greco, com intuito de exemplificação, sugere situação diversa:

Digamos que o sujeito, amigo de com quem costuma jogar futebol aos sábados, sabe que uma organização radical colocará uma bomba em determinado voo e convence uma criança a viajar neste voo específico. Aqui, a situação é já intuitivamente bem diversa. Num tal caso, em que o agente sabe mais que o observador objetivo, costuma-se dizer que aquele possui conhecimentos especiais (Greco, 2014, p.40).

Diante do exemplo apresentado, evidencia-se que a análise da criação do risco não pode se limitar à perspectiva de um observador objetivo genérico, devendo considerar também os conhecimentos especiais que o agente efetivamente detém no momento da ação.

No caso, ao convencer deliberadamente uma criança a embarcar em um voo que sabe estar ameaçado por uma bomba, o agente não apenas cria, mas direciona conscientemente um risco gravíssimo e inadmissível à vida e à integridade física, independentemente de esse risco ser perceptível a terceiros.

Dessa forma, conclui-se que a distinção entre risco permitido e risco proibido é elemento central para a imputação objetiva de um resultado penalmente relevante. Enquanto o risco permitido corresponde a situações em que a conduta do agente, embora possa estar inserida em um contexto causal do resultado, não eleva de forma significativa o perigo aos bens jurídicos protegidos — como no exemplo da viagem à Flórida —, o risco proibido se caracteriza por uma conduta que cria ou intensifica de maneira concreta e juridicamente reprovável a ameaça ao bem jurídico, como no caso em que o agente, ciente da iminência de um atentado, induz uma criança a embarcar no voo comprometido.

A imputação penal, portanto, só se justifica quando há a efetiva criação e realização de um risco não permitido, apto a atingir o tipo penal, e não simplesmente pela existência de um nexo causal abstrato. Tal exigência assegura a conformidade da intervenção penal com os princípios da proporcionalidade e da racionalidade jurídica, evitando punições arbitrárias baseadas apenas na relação causal entre conduta e resultado.

### **3.4. A Realização do Risco no Resultado**

A realização de um risco criado pelo autor configura pressuposto indispensável para a imputação do tipo objetivo. Nesse contexto, a análise da ação ganha especial relevância, pois



permite verificar, em um primeiro momento, a existência de uma situação de perigo juridicamente reprovável, criada pela conduta do agente. Em seguida, com o desenvolvimento do curso causal, avalia-se se esse risco se concretizou no resultado típico, permitindo, assim, a imputação objetiva (Camargo, 2001).

Trata-se, então, de um juízo estruturado em duas etapas: a criação *ex ante* de um risco não permitido e sua efetiva realização *ex post*, o que confere racionalidade e legitimidade à atribuição penal.

A simples realização de uma conduta ilícita, embora possa justificar uma punição, não deve receber a mesma resposta penal que aquela conduta que efetivamente resulta na lesão de um bem jurídico. Se ambas as situações fossem punidas com igual rigor, estaríamos diante de um sistema que privilegia a repressão da desobediência em si, e não a proteção efetiva de bens jurídicos. No entanto, o verdadeiro objetivo do Direito Penal é prevenir e evitar a ocorrência de danos concretos, e não apenas punir comportamentos por sua mera contrariedade à norma (Greco, 2014).

No entanto, apesar de verificada a relevância da análise do bem jurídico, há situações em que a lesão ocorre, mas por situações que excedem a criação de risco proibido. Roxin (2008), utiliza o exemplo já mencionado do desvio causal. Em outra estrutura, exemplifica Greco:

A está levando para o hospital a vacina que, se ingerida nos próximos minutos, salvar a vida de vários doentes, mas o descuidado B o atropela em frente ao hospital, passando por cima também das vacinas. B terá causado a morte não apenas de A, como dos doentes, através de uma ação proibida (Greco, 2014).

Apesar de solucionada a pendência na doutrina e em grande parte dos códigos penais — é o caso do Código Penal Brasileiro, em especificidade o artigo 13, § 1º — não há uma fundamentação precisa para esta exclusão de imputação. Todavia, para melhor compreensão e consolidação do pensamento jurídico, nota-se a presença deste elo entre a criação do risco proibido e o resultado alcançado.

A morte de A e dos doentes, embora decorrente de uma ação proibida — a condução imprudente de B —, não se insere no tipo penal de homicídio doloso ou lesão culposa às vítimas hospitalares, pois não se verifica, no caso dos doentes, a criação e a realização de um risco individualizado à vida desses terceiros por parte de B.

Ambos os exemplos, o de Roxin já abordado em momento anterior, ilustram que o mero nexo de causalidade não basta para fundamentar a imputação do resultado: é indispensável que haja uma correspondência entre o risco criado pela conduta e o resultado efetivamente ocorrido. Essa exigência se ancora nos princípios da racionalidade e da proporcionalidade, assegurando que o Direito Penal só intervenha quando há uma relação de sentido normativo entre ação e resultado, e não apenas uma sucessão fática de eventos.

Diante do exposto, conclui-se que a imputação objetiva do resultado não pode se fundar exclusivamente na existência de um nexo causal entre conduta e consequência, mas exige, de forma imprescindível, a criação e a efetiva realização de um risco juridicamente desaprovado. A racionalidade do Direito Penal moderno repousa sobre esse filtro valorativo, que busca restringir a responsabilização penal àquelas situações em que o agente, por sua conduta, eleva de modo concreto e relevante o perigo de lesão a bens jurídicos tutelados.

### **3.5. O Alcance do Tipo como Critério Delimitador da Imputação**

O ordenamento jurídico desempenha papel fundamental ao estabelecer os limites entre condutas permitidas e proibidas, definindo assim os tipos penais. Essas delimitações legais assumem especial importância no contexto social, pois refletem os comportamentos que o Estado entende como legítimos ou reprováveis, orientando a convivência coletiva e a proteção dos bens jurídicos (Camargo, 2002).

Nesse ínterim, para que haja a imputação objetiva, transfigura-se essencial a que, tanto o risco gerado, quanto o resultado decorrente estejam inseridos na extensão da tutela conferida pelo tipo penal — o chamado alcance do tipo (Damásio, 2008).

Assim, ao delimitar a responsabilidade penal, a teoria exige uma relação direta entre o dever violado pela conduta do agente e o resultado lesivo produzido. Nesse sentido, o autor somente poderá ser responsabilizado pelos danos que se encontrem dentro do escopo de proteção da norma penal, isto é, pelos resultados que a figura típica visa especificamente evitar (Damásio, 2008).

Diante disso, as lesões jurídicas que ultrapassem esse círculo de tutela — as chamadas consequências secundárias — não são imputáveis, por não integrarem o âmbito de proteção do tipo penal. Damásio (2008), confere exemplificação desta delimitação:

Durante um assalto, empregando os ladrões armas de fogo, uma criança, assustada, corre para o quintal da residência, sendo atacada e morta por um cão de guarda. De acordo com a teoria da imputação objetiva, os assaltantes não respondem por latrocínio (CP, art. 157, § 3º, parte final): o resultado morte, como ocorreu, não se encontrava no âmbito de proteção da norma punitiva do crime de roubo.

Essa conclusão, alinhada ao alcance do tipo, modifica diversos cenários em que a causalidade responsabilizaria o agente por fatos indiretos, decorrentes da conduta inicial. Desta forma, o alcance do tipo trata-se de uma limitação normativa à imputação, que visa assegurar coerência, proporcionalidade e previsibilidade na aplicação do Direito Penal.

#### **4. A ANÁLISE DA TEORIA E DE SUAS ESPECIFICIDADES NOS CASOS**

##### **4.1. Caso 1 - Crime de Trânsito**

Com base na análise das provas testemunhais e periciais constantes dos autos, restou evidenciado que o atropelamento — objeto de apreciação no acórdão de processo nº 1.0474.12.002076-0/001 — decorreu de manobra abrupta e inesperada realizada pelo ciclista, não obstante a condução prudente do motorista, que trafegava em baixa velocidade e adotou conduta diligente ao acionar os freios diante da iminência do risco.

Apesar do réu, ora apelante, encontrar-se, no momento do fato, inabilitado e conduzindo o veículo em velocidade superior à permitida no local do acidente, o relator Desembargador Marcílio Eustáquio Santos entende não comprovada a prática de uma conduta penalmente típica, face a teoria da imputação objetiva.

O voto adota os pressupostos, apresentados pela defesa, da teoria da imputação objetiva para afastar a responsabilidade penal nos casos em que a própria vítima, de forma consciente e voluntária, se coloca em situação de risco. Nessa perspectiva, a tipicidade objetiva é excluída quando o resultado lesivo decorre da assunção livre do perigo pela vítima, rompendo o nexu normativo entre a conduta do agente e o resultado.

Considerado um avanço teórico, a autocolocação em risco da vítima trata-se do estudo do comportamento da vítima que voluntariamente assume o risco de uma conduta potencialmente lesiva revela-se fundamental para a correta delimitação da imputação penal. Nessa lógica, a responsabilização do agente deve ser restringida quando se constata que a própria vítima contribuiu decisivamente para o resultado, assumindo, de forma consciente, a posição de risco que culminou no evento danoso (Greco, 2014).

Trata-se de reconhecer que, em determinadas circunstâncias, a carga de responsabilidade recai de maneira preponderante sobre a vítima, rompendo o nexo de imputação exigido para a responsabilização penal, como foi realizado no acórdão em questão.

Apesar do relator, utilizar-se de fundamentos pontuais da teoria da imputação objetiva, ponderou que, no caso concreto, a vítima adentrou a via de forma repentina, surpreendendo o réu, que já conduzia seu veículo com cautela e não teve possibilidade real de evitar a colisão, transfigurando-se essencial o afastamento da responsabilidade penal do condutor, uma vez que a situação de perigo foi exclusivamente criada pela vítima.

Quanto à constatação da perícia indicar que o réu dirigia em velocidade superior à permitida, o relator destaca que não ocasionou ou aumentou o risco do acidente, além de restar comprovado que, em hipótese de transitar em velocidade menor, não mudaria o evento lesivo.

Diante disso, nota-se que o relator evidencia que não pode imputar ao réu a prática delituosa, pois, apesar da criação de risco proibido- velocidade maior que a permitida-, não houve a realização deste risco no resultado. Como fundamenta a doutrina utilizada pelo relator:

Em alguns casos, muito difundidos na doutrina, a vítima empresta contribuição essencial para a produção do resultado lesivo por ela mesma sofrido, e não se pode atribuir responsabilidade a terceiros. É o que ocorre quando a vítima inesperadamente lança-se na frente da composição férrea ou de automóvel. Os casos em que a própria vítima coloca-se em situação de perigo, a princípio, não trazem responsabilidade a terceiros. No entanto, quando o terceiro cria a situação de risco que vem a lesionar a vítima, há responsabilidade penal para ele (Rocha, 2009).

Diante disso, a imputação ao tipo objetivo exige que o resultado decorra exatamente do risco proibido criado pelo agente. Assim, afasta-se a imputação objetiva quando, embora tenha havido a criação de um perigo ao bem jurídico tutelado, o resultado não se originou desse risco específico, mas apenas manteve com ele uma relação causal (Roxin, 1997).

Por isso, tem-se a necessidade de utilização da teoria da imputação objetiva em casos com maior complexidade de avaliar as hipóteses e os riscos criados. Isso porque, caso fosse adotada a Teoria da Causalidade, em sentido estrito, haveria a conclusão que o réu deveria ser responsabilizado pelo homicídio, uma vez que, devido ao atropelamento, houve a morte da vítima, sendo causa para o resultado danoso.

No entanto, haveria a atribuição deste evento lesivo por uma situação de azar, fruto de um acontecimento aleatório, ou de uma má coincidência (Peña, 1996). Nisso, conclui-se a necessidade de diferenciação da responsabilidade da conduta proibida e relação desta com o resultado, da mera ocorrência de um infortúnio.

Ainda assim, o relator utilizou-se do mesmo doutrinador para aplicar o princípio da confiança no caso concreto. Neste cenário, fundamenta-se que, apesar de todos terem o conhecimento que outras pessoas são suscetíveis a incorrerem em erros, quem apresenta comportamento adequado, supõe, com certa confiança, que o restante também realize condutas sem potencial lesivo.

Cabe esclarecer que o princípio da confiança foi desenvolvido pela jurisprudência alemã, no século XX, para limitar a responsabilidade por imprudência no tráfego de veículos (Pizarro, 2008). Fundamentava-se que os motoristas e pedestres do tráfego poderiam confiar que os outros componentes agiriam de maneira correta também, ante a rigidez do código de trânsito vigente naquele cenário.

Nesse contexto, no âmbito da teoria da imputação objetiva, o princípio da confiança aplica-se quando um agente, ao desempenhar uma atividade que envolve risco permitido, leva em consideração a atuação de terceiros que igualmente participam dessa atividade, podendo, contudo, confiar que agirão com o cuidado devido, ainda que, na prática, venham a agir de forma incorreta.

Nessa perspectiva, a ocorrência do resultado está condicionada à intervenção de outros, mas a confiança depositada no comportamento alheio encontra seu fundamento no próprio conceito de risco permitido.

Isso significa que a possibilidade de confiar nas condutas de terceiros deve ser balizada pelas normas que definem o que é permitido, pois, em razão do vínculo normativo que liga todos os participantes, existe a expectativa legítima de que cada um atuará conforme a regra (Jackobs, 2003). A conduta humana se orienta justamente por essas expectativas: ao adotar um determinado comportamento, considera-se o que é social e juridicamente esperado.

Assim, o núcleo do princípio consiste em estabelecer quais comportamentos são exigíveis dos demais. Aquele que age de forma adequada, cumprindo o papel que lhe cabe, não deve ser responsabilizado por um resultado proibido decorrente da conduta imprudente de

outro, ainda que essa conduta fosse previsível (Rocheford, 2005). Em suma, não se imputa a quem cumpre seu dever a utilização indevida ou imprópria de sua conduta por terceiros.

Apesar da breve exposição no acórdão do que seria o princípio da confiança, o próprio relator relaciona ao fato da inabilitação do réu, para a condução do veículo automotor. Neste cenário, não há o que se falar em princípio da confiança, uma vez que, para a utilização deste, enfatiza-se a necessidade do comportamento permitido estar dentro do estabelecido na legislação.

Nota-se que, diante os estudos apresentados, todos os envolvidos na situação deste homicídio de trânsito são regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, devendo, desta forma, seguir o disposto nesta legislação. Diante disso, para a utilização deste elemento da imputação objetiva, o réu deveria ter agido de forma adequada, e, por isso esperar que os outros agissem de forma similar.

Não é o caso do fato exposto, a utilização deste princípio não apresenta relação com o provimento do recurso, tendo outras possibilidades de teorias para garantir a absolvição do réu. Como estava sendo desenvolvido a linha de requisitos para a determinação da tipicidade objetiva, dentro da perspectiva da teoria da imputação objetiva, a qual foi capaz de evidenciar que o réu não acarretou um risco proibido e a própria conduta da vítima foi suficiente para consolidar o evento danoso.

Para fundamentar este ponto de contradição, o relator recorre à teoria da causalidade, suprimindo a inabilitação na cadeia de eventos, verifica-se que o resultado ocorreria da mesma forma, razão pela qual ela não pode ser considerada causa do delito.

Mesmo com esse esclarecimento, entende-se desnecessária a pontuação sobre o princípio da confiança, pois daria margem para eventual incoerência do que restou decidido. Aliás, de forma muito próxima, já decidiu o STJ (REsp 1.580.438/PR) a afastar a aplicação do princípio da confiança, em um caso que manteve a condenação do motorista que dirigia acima da velocidade permitida, causando a morte de um ciclista que cruzou a via inesperadamente, utilizando-se como argumento: “se o ciclista deveria ter agido com prudência e respeitado um as regras de trânsito, o recorrido também tinha do dever de fazê-lo, sendo inviável, por isso, afastar integralmente a sua corresponsabilidade pelo resultado” (Brasil, 2016).

Portanto, o princípio da confiança revela-se aplicado de modo contraditório no presente caso, sendo plenamente viável a adoção do critério da competência exclusiva da

vítima, bem como a constatação da ausência de criação de risco não permitido, assim como da inexistência de incremento do risco preexistente ou provocado por terceiros por parte do apelante.

#### **4.2. Caso 2 - Estelionato em plataforma virtual**

Apesar dos argumentos defensivos apresentarem a Teoria da Imputação Objetiva, com a finalidade de reavaliar a situação dos réus- condenados por estelionato em plataforma virtual - o recurso não foi provido, com base no acórdão do processo nº 1.0701.06.148666-1/001.

Em conformidade com o relator, houve nítido nexa causal entre a conduta dos agentes e o resultado. Isso porque, ficou demonstrado a elaboração dos emails que consolidou a fraude cibernética, partiu da ação dos réus, mesmo que não identificado quem foi o precursor do envio, os demais concordaram em realizar este falso negócio jurídico.

Nesse sentido, enfatiza ser inaplicável a Teoria da Imputação Objetiva. Ao mencionar essa teoria, relaciona com o artigo 13 do Código Penal, e indica doutrina de Mirabete (2007), para fundamentar do que se trata: "só é objetivamente imputável um resultado causado por uma ação humana quando dita ação criou um perigo juridicamente desaprovado que se realizou no resultado típico".

No entanto, o artigo 13 do Código Penal Brasileiro adota expressamente a teoria da causalidade (Camargo, 2002), já examinada em momento anterior, segundo a qual a causa é a condição sem a qual o resultado não teria ocorrido. Ocorre que, em muitos comentários doutrinários a esse dispositivo, emprega-se a teoria da imputação objetiva como instrumento complementar, a fim de delimitar, de forma normativa, quais riscos proibidos podem ser juridicamente atribuídos ao agente (Bitencourt, 2021).

Diante disso, verifica-se equívoco por parte do relator ao apresentar a teoria da imputação objetiva como se integrasse o conteúdo normativo do art. 13 do Código Penal, quando, em realidade, trata-se de construção doutrinária, utilizada para além dos limites do texto legal.

Ainda assim, não há explicação do porquê considera-se inaplicável a teoria da imputação objetiva, partindo para a análise de outros elementos, como do princípio da insignificância.

Desse modo, considera-se a colocação da teoria avaliada de forma superficial, sem explorar os requisitos essenciais para a consideração da imputação delitiva. Como houve a consideração do nexa causal, acredita-se que o relator entendeu ser este elemento suficiente para analisar a teoria da imputação objetiva.

Todavia, tal compreensão revela confusão conceitual, pois, enquanto a relação de causalidade busca apenas estabelecer, no plano fático, o vínculo necessário entre a conduta e o resultado naturalístico, a imputação objetiva exige, além desse liame causal, a verificação de um risco juridicamente desaprovado que se concretize em um resultado lesivo juridicamente relevante (Damásio, 2008).

Assim, não basta demonstrar a existência do nexa causal; é imprescindível examinar se houve criação ou incremento de risco proibido e se este risco se realizou no resultado típico, elementos que não se confundem com a mera causalidade (Damásio, 2008).

#### **4.3. Caso 3 - Crimes fiscais**

Ante a complexidade da temática em questão, acrescida às especificidades do caso concreto, no processo de nº 1.0056.21.000182-4/001, há uma série de elementos doutrinários que levaram ao desfecho absolutório da ré, Vitória F., pelos crimes previstos no art. 1º, II, V e §1º c/c V, da Lei nº 8.137/90 e no art. 2º, II, do mesmo diploma legal.

Neste cenário, o relator- Desembargador Henrique Abi- Ackel- enfatiza a ausência de oitiva judicial dos contadores da empresa em que a ré atuava como administradora, apontando que a responsabilização penal do sócio-administrador não é automática, baseada apenas no valor do prejuízo ou no simples fato de a lei prever o dever de recolher o tributo. Por isso, transfigura-se essencial verificar a intenção que motivou a conduta.

Para isso, o relator indica que apenas a teoria da causalidade, descrita no artigo 13 não consegue solucionar as atuais problemáticas jurídicas, carecendo, portanto, de um “acréscimo interpretativo”. Assim, delineia a teoria da imputação objetiva a partir da perspectiva de Gunther Jakobs, no sentido de demonstrar a impossibilidade do Direito Penal responsabilizar o agente, por não ter eliminado o risco de lesão acarretado por outrem.

Embora parte da doutrina afirma ser incompatível a aplicação da imputação objetiva aos crimes de mera conduta ou de perigo abstrato, há autores que sustentam uma interpretação ampliadora de sua incidência, sobretudo como instrumento de limitação do poder punitivo e de racionalização do tipo penal.



Nessa vertente, defende-se que, ainda que ausente um resultado naturalístico, é possível recorrer aos critérios da imputação objetiva — como a criação de risco juridicamente desaprovado e a imputação do risco ao bem jurídico tutelado — para verificar a relevância típica da conduta. Assim, mesmo em crimes formais ou de mera conduta, a imputação serviria como parâmetro de controle da tipicidade material, impedindo a punição de comportamentos socialmente inofensivos.

Autores como Roxin (2006, p. 312) e Jakobs (1997, p. 45) admitem essa função limitadora e corretiva, argumentando que a imputação objetiva não se restringe à análise causal do resultado, mas atua como um critério normativo de atribuição de responsabilidade, aplicável sempre que se examina a relevância de uma conduta para o Direito Penal.

Jesús-María Silva Sánchez (2002, p. 89) e Zaffaroni (2005, p. 116) seguem essa linha, sustentando que a imputação objetiva pode operar como princípio regulador da política criminal, de modo a restringir a criminalização simbólica e evitar a punição de comportamentos sem efetiva lesividade. Assim, para essa corrente, a teoria não perde utilidade nos crimes de mera conduta ou de perigo abstrato; ao contrário, reafirma a necessidade de uma interpretação materialmente valorativa da tipicidade penal.

Desse modo, ante ao caso em questão, é fundamental analisar a função que cada sujeito desempenha no contexto do fato — seja autor, vítima ou terceiro — para delimitar a quem se atribui a responsabilidade jurídico-penal pelo resultado. A imputação decorre da violação do papel social ou jurídico atribuído, como ocorre quando o autor, ao descumprir seu dever, cria ou incrementa um risco não permitido que se concretiza no resultado (Jakobs, 2000).

Por outro lado, quando a própria vítima desrespeita o papel que lhe compete, assumindo de forma consciente e voluntária o risco ou causando o resultado por sua própria conduta, o dano deve ser por ela suportado. Em situações em que todos os envolvidos atuam estritamente conforme seus papéis, não há fundamento para responsabilização, restando o evento como fruto de uma fatalidade ou acidente inevitável (Greco, 2006).

Nesse sentido, as violações de funções correspondem à ausência de administração adequada do que lhe ficou sucumbido, devendo, portanto, responder por estes eventos lesivos na esfera jurídico-penal (Jakobs, 2000).

Nesse contexto, Günther Jakobs elenca quatro instituições basilares para a adequada delimitação da imputação objetiva: (1) Risco Permitido; (2) Princípio da Confiança; (3) Proibição de Regresso; e (4) Competência ou Capacidade da Vítima (Jakobs, 2000).

O Risco Permitido decorre do reconhecimento de que não se insere no papel social do indivíduo a supressão absoluta de qualquer possibilidade de risco à integridade alheia. Determinadas condutas, embora dotadas de potencial lesivo, são socialmente toleradas quando realizadas dentro dos parâmetros históricos, técnicos e normativos que disciplinam a atividade. Nesses casos, a imputação é afastada quando o resultado danoso advém de evento fortuito ou acaso, não se verificando violação ao papel social atribuído ao agente (Aguado, 1998).

O Princípio da Confiança sustenta que, nas relações sociais, não se exige que cada indivíduo atue sob constante vigilância do comportamento alheio. Parte-se da presunção de que todos agirão em conformidade com os limites do risco permitido. Desse modo, não incorre em violação de papel aquele que, legitimamente, confiar na atuação correta e diligente de terceiros (Jakobs, 2000).

A Proibição de Regresso veda a responsabilização de quem, atuando dentro dos contornos de seu papel social, pratica conduta em si lícita e inofensiva, ainda que esta seja instrumentalizada por outrem para a consecução de fins ilícitos.

Por fim, a Competência ou Capacidade da Vítima admite que o próprio lesado possa assumir a responsabilidade pelo evento danoso, seja mediante comportamento voluntário e consciente (ações a próprio risco), seja em virtude de circunstâncias acidentais (posição da vítima). Nessas hipóteses, a imputação ao agente é afastada.

No caso em exame, a imputação de delitos econômicos revela especial complexidade, notadamente em virtude da intrincada divisão de tarefas que caracteriza o funcionamento de organizações empresariais. Nesse cenário, as atividades são distribuídas entre inúmeros setores e profissionais, cada qual detentor de atribuições específicas e responsabilidades próprias, derivadas de seu papel funcional.

Essa estrutura fragmentada exige que cada agente, ao desempenhar suas funções de forma diligente, possa confiar que os demais também atuarão em conformidade com as normas jurídicas, regulamentares e contratuais aplicáveis. Não se pode exigir, sob pena de

inviabilizar a dinâmica empresarial, que haja permanente fiscalização recíproca ou presunção de conduta ilícita por parte dos colegas.

Visto isso, cada atividade desempenhada em um contexto corporativo, pode acarretar riscos, sejam eles, permitidos ou proibidos. No entanto, para o funcionamento regular, deve-se partir do pressuposto que cada agente desempenha sua função com regularidade, surgindo, dessa forma, a aplicabilidade do princípio da confiança no cenário empresarial (Piña, 2013).

No caso estudado, o relator entende que, a ré, por ter confiado que os contadores realizariam a função dentro do risco permitido, não realizou nenhuma conduta considerada proibida, vez que não era atribuída a sua função realizar serviços contábeis, apesar do cargo de administradora na empresa Desafio Vestibulares e Cursos Barbacena LTDA.

Considerando a profissão de contador, presume-se a interpretação normativa, a análise de dados contábeis e a tomada de decisões que influenciam diretamente a carga tributária e a mitigação de riscos de autuação. Dentro de uma empresa, esse profissional é responsável por organizar e classificar documentos fiscais, como notas, recibos e extratos, conforme o plano de contas, assegurando a correta identificação de receitas, despesas, investimentos e movimentações patrimoniais para a apuração tributária (Silva, 2002).

Logo, como exposto pelo relator, não é possível ao Direito Penal exigir que o agente elimine por completo qualquer risco de lesão à expectativa social de outrem, pois tal imposição tornaria inviável a própria convivência em sociedade. Assim, admite-se a existência e a aceitação do chamado risco permitido (Jakobs, 1996, apud. Minas Gerais, 2023).

Assim, considerando que, apesar da função da administradora em analisar todas as atribuições repassadas, considera-se que a mera suspeita de envolvimento delituoso, não se mostra suficiente para acarretar a condenação. A lógica reversa poderia gerar violação ao princípio constitucional do *in dubio pro reo* (Brasil, 2023).

Portanto, apesar de utilizar-se de conceito pontual da teoria da imputação objetiva, quer seja a consideração das funções dentro de um campo social, inserindo a aplicabilidade no âmbito corporativo, nota-se que restou evidente a impossibilidade de condenação à parte ré, fator que não solucionaria com a teoria da causalidade, expressa no artigo 13 do Código Penal.

Esse acréscimo doutrinário solucionou a complexidade do caso, ao considerar que a responsabilidade penal do sócio- administrador não pode ser objetiva, encontrando, dessa forma, fundamentações incisivas para a conclusão absolutória da ré.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo examinar a aplicação da Teoria da Imputação Objetiva como complemento ao disposto no artigo 13 do Código Penal, com enfoque na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, evidenciando a complexidade e a relevância teórica que o tema assume no cenário jurídico contemporâneo.

Para tanto, foram analisados três julgados selecionados, nos quais se constatou que cada decisão se valeu de elementos distintos para a solução da controvérsia posta. Em cada caso, partiu-se de uma questão paradigmática processual própria, exigindo-se a construção de fundamentos específicos para sustentar a argumentação que conduziria, em segunda instância, à absolvição ou à condenação do réu.

A partir dessa análise, verificou-se que a concepção tradicional, segundo a qual a teoria causalista seria capaz de oferecer respostas completas a todos os embates jurídicos penais, encontra-se em processo de superação. Cada vez mais, os operadores do Direito Penal — juízes, membros do Ministério Público e defensores — vêm se valendo de uma argumentação plural, recorrendo a distintos doutrinadores e correntes teóricas, a fim de abarcar as múltiplas dimensões da responsabilidade penal.

Nesse contexto, a Teoria da Imputação Objetiva desponta como instrumento analítico indispensável, pois desloca a discussão para além da mera relação causal, permitindo avaliar com maior precisão a criação de riscos juridicamente relevantes, distinguindo aqueles permitidos dos proibidos e aferindo sua efetiva incidência no resultado lesivo.

Assim, a pesquisa realizada não apenas demonstra a utilidade e a aplicabilidade prática da Teoria da Imputação Objetiva no cenário judicial mineiro, mas também evidencia a necessidade de seu contínuo desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial. A consolidação de critérios objetivos para a imputação penal, pautados no controle dos riscos socialmente tolerados, representa um avanço significativo rumo a um Direito Penal mais racional, proporcional e comprometido com a segurança jurídica, sem perder de vista a função garantista que lhe é inerente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTISTA PIZARRO, Nathalia. **El principio de confianza en un derecho penal funcional**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal I: Parte Geral**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Apelação Criminal – Processo nº 1.0474.12.002076-0/001**. Relator: Des. Marcílio Eustáquio Santos. Julgado em: 06 fev. 2019. Publicado em: 15 fev. 2019. Caso envolvendo crime de trânsito com absolvição por insuficiência de provas quanto ao nexos causal e desclassificação para lesão corporal culposa.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Apelação Criminal nº 1.0701.06.148666-1/001 – Comarca de Uberaba**. Relator: Des. Júlio Cezar Guttierrez. Julgado em: 16 mar. 2011. Publicado em: 07 abr. 2011. Caso envolvendo crime de estelionato praticado mediante fraude em compras pela internet.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Apelação Criminal nº 1.0000.22.047512-3/001 – Comarca de Barbacena**. Relator: Des. Henrique Abi-Ackel Torres. Julgado em: 27 abr. 2023. Publicado em: 03 maio 2023. Caso envolvendo crimes contra a ordem tributária e imputação objetiva.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.580.438/PR**. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz. Julgado em: 05 abr. 2016. Publicado em: 18 abr. 2016.

CAMARGO, Antonio Luís Chaves. **Imputação objetiva e Direito Penal brasileiro**. São Paulo: Cultural Paulista, 2001. (Boletim IBCCRIM, ano 9, n. 107, p. 7–9, out. 2001).

GRECO, Luís. **Um panorama da teoria da imputação objetiva**. 4. ed., revista e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JAKOBS, Günther. **A Imputação Objetiva no Direito Penal**. Trad. André Luís Callegari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

JAKOBS, Günther. **Sobre la normativización de la dogmática jurídico-penal**. Trad. Manuel Cancio-Meliá e Bernardo Feijóo Sánchez. Madrid: Thomson Civitas, 2003.

LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel. **Curso de derecho penal: parte general**. Madrid: Universitas, 1996.

MACHADO, Fábio Guedes; MOURA, Bruno; CAETANO, Matheus. **Algumas considerações sobre a causalidade no Direito Penal**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2010. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/35610>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MILL, John Stuart. **A system of logic, ratiocinative and inductive: being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation**. 8. ed. London: Longmans, Green, and Co., 2011.

PIÑA ROCHEFORT, Juan Ignacio; COX VIAL, Francisco. **Consideraciones sobre la vigencia del principio de confianza en la imputación en el seno de la empresa**. In: SILVA

SÁNCHEZ, Jesús María; MIRÓ LLINARES, Miguel Ángel (coords.). **La teoría del delito en la práctica penal económica**. Madrid: [s.n.], 2013.

PIÑA ROCHEFORT, Juan Ignacio. **Rol social y sistema de imputación**. Barcelona: Bosch, 2005.

ROXIN, Claus. **A teoria da imputação objetiva**. Tradução de Luís Greco. In: \_\_\_\_\_. **Problemas fundamentais de direito penal**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993. p. 101–131.

ROXIN, Claus. **Direito Penal – Parte Geral: Fundamentos, a estrutura da infração penal, a imputação**. Tradução de Luís Greco e Paulo Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. ISBN 978-8571437622.

ROXIN, Claus. **Estudos de direito penal**. 2. ed. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 101–102.

ROXIN, Claus. **La imputación objetiva en el derecho penal**. Trad. de Manuela Abanto Vásquez. Lima: Idemsa, 1997.

SILVA, José Carlos Marion. **Contabilidade empresarial**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

WELZEL, Hans. Derecho Penal: Parte General. **El sistema del derecho penal. Una introducción a la doctrina del delito**. 9. ed. trad. de Carlos Fontán Balestra. Buenos Aires: Roque Depalma Editor, 1969.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **En torno de la cuestión penal**. Buenos Aires: BdF, 2005.